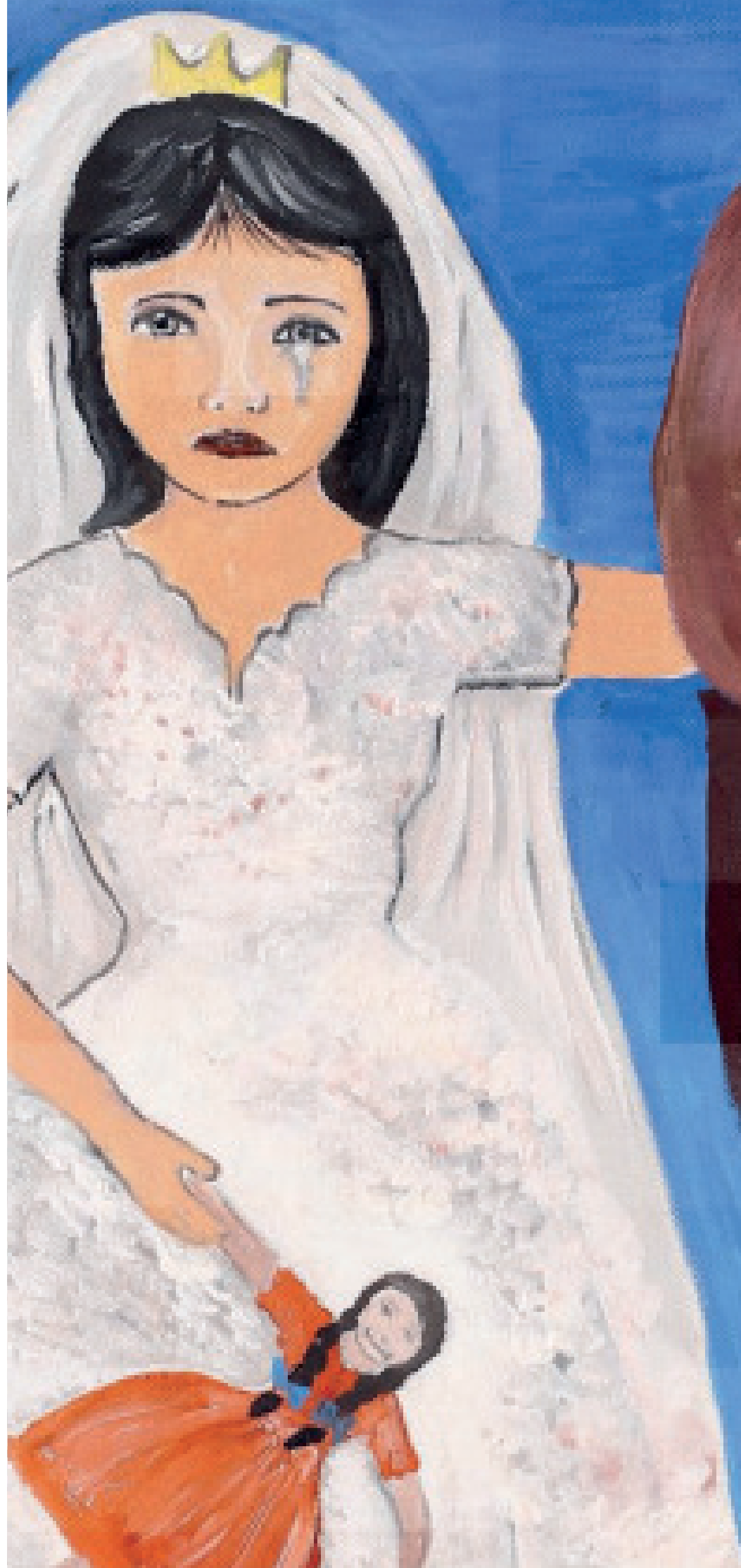


CAMPUS



Meninas no altar

DF registra dezenas de menores de 18 anos que se casam. Na maioria das vezes, o noivo é bem mais velho.

CARTA AO LEITOR

Nesta edição do **Campus**, apresentamos um conjunto robusto de temas importantes em suas áreas. Na capa, um assustador - a existência, ainda hoje, de altos números de casamentos infantis no Distrito Federal e em todo o país. Um agravante do problema é a questão de gêneros: há muito mais meninas casando com homens maiores de idade que o oposto.

Ainda na área social, uma outra reportagem revela que a tradicional falta de leitos no hospital não é o único problema. Faltam também equipes para a chamada desospitalização, que é justamente o tratamento de pacientes fora das instituições.

A edição também mostra que o ativismo trans no Distrito Federal está buscando aumentar sua representação e visibilidade e se espalha por diversas cidades-satélites. As satélites também aparecem na reportagem sobre as emendas que os deputados apresentam ao orçamento do DF. Números levantados pelo **Campus** mostram que distritais não levam em consideração, na hora em que apresentam emendas, as cidades que os elegeram. Por fim, mostramos como a indústria da moda está sendo questionada por um novo campo do ramo, a *slow fashion*, que quer mudar os paradigmas de produção da área. Ótima leitura!

OMBUDSKIVINA

A primeira edição de **Campus** deste semestre teve um balanço positivo. Para começar, a capa da edição 441 está visualmente atrativa e a manchete “Acolhimento relativo” é mais um exemplo em que o jornal trata de questões sociais nos últimos anos. A matéria “Desafios da permanência” cumpriu seu papel de dar visibilidade às dificuldades que os estudantes indígenas enfrentam ao longo da graduação.

Há o que poderia ter sido melhor. “Problemas na rotulagem” é a única matéria que não fala exclusivamente de assuntos relacionados à capital, mas trouxe alguns desencontros de informação. Se afirma que há quem defenda o uso dos sabonetes íntimos e quem ache desnecessário, ao longo da matéria esses personagens não aparecem. A matéria diz que há uma grande polêmica no uso do cosmético, mas não existe sequer um personagem que confirme ou discorde. O jornal tem a função de explicar mais e enumerar menos resoluções.

Ainda que a matéria “Demora do teste rápido” tenha perfil de denúncia, ela não se sustenta apenas com uma versão para a ausência de funcionários. Por que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal não foi ouvida? Saber se há previsão para que a situação volte à normalidade talvez deixasse os leitores mais informados do que, como o texto diz - uma, duas, três vezes - frustrados.

As matérias “Um pé no rock, e o outro ...” e “Canto do trabalhador” trazem novidades sobre assuntos já conhecidos e surpreendem com narrativas interessantes da música na capital. A última merece destaque na responsabilidade de desconstruir ideias sobre locais que, durante anos, foram vistos com preconceito.

Talvez, a principal consideração a se fazer sobre essa edição do jornal trata da reflexão de quem é o leitor de **Campus**. Atrevo-me a dizer que alguns não identificariam com facilidade termos como “homeostase”, “marginalização identitária”, “plurietnica”, “violência epistêmica”, entre muitos outros tão comuns na universidade. Traduzir conceitos acadêmicos para uma linguagem mais simples é uma aposta enriquecedora tanto no entendimento das matérias quanto no crescimento profissional. Seguimos avançando juntos a cada dia.

Por **Milena Marra**
miilenamarra@gmail.com

MEMÓRIA



Experiências com atividades sustentáveis e em harmonia com o ambiente têm sido procuradas por moradores da cidade nos últimos anos, como evidenciado na reportagem de Marina Torres na edição número 433, de 2016, do **Campus**.

Vivendo uma rotina caótica, dentro da lógica produtiva de profissões e do estresse cotidiano de trânsito, filas e falta de tempo, o corpo pede uma freada. Nesse contexto, a busca por ecovilas e comunidades permaculturais é alternativa para quem deseja viver de uma maneira mais lenta e em sintonia com a natureza.

O turismo ecopedagógico, assim, ajuda a propagar um estilo de vida ecológico e “slow” - o qual resgatamos, sob uma outra visão, nesta edição de novembro.

EXPEDIENTE

Repórteres, fotógrafos(as) e editores(as):
Danielle Assis, Isabella Veloso, Kauê Scarim, Thaís Rosa e Vivien Doherty Ludovice

Projeto Gráfico:
Michael Rios e Thallita Essi

Professor: **Solano Nascimento**
Gráfica: **Coronário**
Tiragem: **3.000**

nascimento@unb.br

Jornal-laboratório da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB)

Não é só hospital que falta

Das 35 equipes necessárias para atendimento domiciliar no DF, apenas 13 estão em atuação

Por **Thaís Rosa**

Foi com quatro meses de vida que João (nome fictício) atingiu estabilidade clínica que permitiria a ele sair do Hospital Regional de Ceilândia (HRC), onde estava internado desde o nascimento. Dependente de ventilação mecânica, o paciente só conseguiu a estrutura para seus equipamentos e foi para casa com um ano e dois meses. Essa história quem conta é Andréa Araújo, diretora do HRC, que em 2016 trabalhava como pediatra no hospital e acompanhou de perto o caso. Ao chegar em casa, porém, João sofreu uma complicação. Antes conseguia passar 12 horas longe de seu equipamento, mas acabou dependente de ventilação a todos momentos.

Foi então que caíram por terra as perspectivas de socialização com as quais a mãe e a equipe do hospital sonharam durante o tempo de espera: “Ele não podia passear na praça. Ir para a igreja, então, nem pensar. Escola? Tudo saiu do horizonte”, conta Araújo. Para mudar essa circunstância, foi necessária uma mobilização conjunta da comunidade religiosa local, que doou uma cadeira de rodas de última geração para a família, e da rede hospitalar Sarah Kubitschek, que fez a adaptação necessária. Só assim ele finalmente pôde se locomover e frequentar outros espaços que não os médicos.

Seja por agravamentos em condições crônicas, sequelas de crises agudas ou má formação de nascença, há inúmeros casos de pacientes como João, cujo atendimento ideal é o domiciliar, que encontram dificuldades em recebê-lo - por falta de equipamento, funcionários e verba. De acordo com as normas de atenção domiciliar reguladas na Portaria nº 825 do Ministério da Saúde, para que todo o Distrito Federal seja adequadamente atendido seriam necessárias 35 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (Emad) e 12 Equipes Multiprofissionais de Apoio (Emap). A realidade, porém, é outra: no momento há apenas 13 Emads e nove Emaps em atuação no DF, segundo os dados mais recentes do Datasus.

Em regiões como a de Ceilândia, com uma população de quase 480 mil pessoas, a situação é ainda mais preocupante: onde deveriam haver cinco Emads, encontra-se apenas uma. “É um desafio. Atualmente, o número de funcionários é insuficiente, o espaço físico é limitado e há um déficit de equipamentos”, conta Odília Vieira, técnica de enfermagem da Equipe de Ceilândia. Segundo ela, há uma demanda reprimida de pacientes, o que obriga a equipe a priorizar os casos mais sérios: cuidados paliativos neurológicos, de câncer e idosos de idade extrema. Enquanto em outras regiões do DF basta se atingir 22 pontos nos pré-requisitos do prontuário de atenção domiciliar para que um paciente seja considerado para esse atendimento, em Ceilândia todos os pacientes devem ter entre 26 e 28 pontos, no mínimo. “É uma escala que não dá para ser igual para todo mundo, porque assim não conseguiríamos nem atender o que atendemos hoje”, explica Vieira.

O maior dos problemas se encontra na escassez de funcionários para montar e regularizar novas equipes, situação agravada pela pequena quantidade de nomeações nos últimos anos. As equipes básicas devem contar com médicos, enfermeiros, técnicos de en-

fermagem, e um fisioterapeuta ou assistente social. Os demais profissionais, que incluem fonoaudiólogos, nutricionistas e psicólogos compõem as equipes de apoio. “Não conseguimos montar uma nova Emad desde 2013”, afirma Maria Leopoldina Villas Boas, gerente de Atenção Domiciliar na Secretaria de Estado de Saúde do DF (SES-DF). Segundo ela, outras áreas da saúde com urgência imediata como o pronto socorro e Samu acabam tendo preferência quando o assunto é contratação e remanejamento de pessoal.

Também existem equipes que já funcionam há anos, mas estão batalhando para se regularizarem de acordo com os novos requisitos da portaria. É o caso da equipe do Núcleo Bandeirante e a segunda Emad de Sobradinho, que em setembro finalmente receberam status oficial, completando a soma de 13 Emads atuantes no DF. Segundo Valdenisia Alencar, enfermeira da equipe de São Sebastião e professora da Escola Superior de Ciências da Saúde (Escs), “a política pública está bem pensada, o problema mesmo é executá-la”. A enfermeira afirma que, na prática, a quantidade de profissionais na área costuma ser insuficiente para a demanda em sua região.

A atenção domiciliar traz benefícios aos pacientes, com um atendimento mais humanizado, aos familiares, que têm a oportunidade de um contato mais próximo, e ao sistema de saúde, com a liberação de leitos para a UTI. Além desses fatores, a vantagem é também financeira: um paciente dentro do hospital costuma custar pelo menos o dobro que em casa. Uma pesquisa interna feita pelo Núcleo de Economia da Saúde da SES-DF confirma esse dado: o custo da diária de um paciente internado no HRC é de aproximadamente R\$1800, enquanto a internação domiciliar de uma pessoa com a mesma patologia tem o custo de R\$900.

Apesar de tudo, o futuro da atenção domiciliar parece promissor. A nova gestão da Secretaria de Saúde tem focado na valorização da atenção primária, que engloba a atenção domiciliar, cuja ação apelidaram como “Converte”. Segundo Talita Lemos, superintendente da Região de Saúde Oeste (Ceilândia e Brasília), no último semestre a regularização e ampliação de equipes primárias têm recebido mais atenção. Araújo concorda com essa visão: “Acho que estamos naquela primeira virada, que ainda não dá pra sentir a diferença tão claramente. Mas se a gente for firme e seguir nesse caminho, daqui a alguns anos perceberemos claras mudanças”.

Inovações tecnológicas

Apesar dos atrasos, percebe-se dentro da comunidade científica uma busca por soluções e tecnologias que incentivem a atenção domiciliar. É o caso do Rapha, projeto da UnB que trata do “pé diabético”, condição comum em pacientes diagnosticados com diabetes mellitus. Os pacientes que sofrem dessa complicação têm feridas de difícil cicatrização nos membros, o que leva muitas vezes à amputação. A pesquisa procura promover desospitalização, ou seja, retirada do paciente do ambiente hospitalar, ao oferecer uma alternativa de tratamento que pode ser facilmente aplica-

da em casa: a combinação de fototerapia com lâmpadas de LED e lâminas de látex.

Almércio do Espírito Santo, que se encontrou cego de um olho e com ameaça de perder um pé devido a complicações de diabetes com pouco mais de 40 anos de idade, foi um dos que teve a oportunidade de participar do Rapha. Com visibilidade e mobilidade limitadas, ir até o posto de saúde com frequência era uma impossibilidade para ele. Após cinco anos batalhando com uma ferida no dedão na qual “cabia até uma tampinha de garrafa lá dentro, de tão grande”, começou o tratamento experimental. A duração prevista era de 45 dias, mas o resultado veio com menos de 30. “Não digo que me curaram porque quem cura é Deus, mas que a ferida tá sarada, tá”, diz Almércio.

Desde a oficialização do projeto em 2013, já foram levantados dados comprovando a eficiência de seu tratamento em 30 pacientes do HRC - todos apresentaram melhoras visíveis ou até cicatrização completa dos ferimentos. Em 2017, o projeto, que até então se sustentava com bolsa de produtividade da Universidade, ganhou nova forma de financiamento: recebeu quase R\$2 milhões do Ministério de Saúde. O maior objetivo é que um dia o tratamento seja integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS) como um dos procedimentos padrões disponíveis aos pacientes. “Nos próximos anos quero testar o equipamento em mais 180 participantes, e também explorar outros tipos de feridas como as que aparecem em pacientes com câncer ou úlceras de pressão”, diz Suelia Rodrigues, engenheira, pós-doutora no Massachusetts Institute of Technology (MIT) e coordenadora do projeto.

Outro projeto da UnB que busca incentivar a liberação de pacientes da ala hospitalar é o SOS Desospitalização, fundado por Emerson Fachin, fisioterapeuta, mestre e doutor em Psicologia. Trata da criação de um software que informatizou os requisitos de desospitalização já existentes no HRC e criou um novo alerta no sistema que assinala os pacientes que atendem a todos os critérios e podem ser encaminhados aos cuidados em casa. Em 2013, o programa entrou em fase de teste no HRC, mas logo após foi suspenso. Segundo Fachin, este ano a possibilidade de retorno e continuidade do projeto está sendo oficialmente analisada.

Foto por Thaís Rosa



Kit com equipamentos e manual explicativo entregue aos participantes do Rapha

Cedo e desigual

Cartórios do DF registram dezenas de casamentos em que a noiva é menor de idade e o noivo é mais velho

Por **Isabella Veloso**

Rafaela* usava um vestido bordado branco um pouco abaixo do joelho no dia do registro de seu casamento no cartório de Taguatinga, na sexta-feira 13 de outubro. A jovem tem 17 anos e está grávida de cinco meses. Ela é estudante do ensino médio, e o pai do bebê tem 20 anos e trabalha como ajudante de mecânico.

A garota chegou meia hora antes do início do casamento, marcado para as 15h. Participaram da cerimônia seus pais, o noivo e a mãe dele. Vinda de uma família católica, Rafaela ainda se casou na igreja que frequentam no final de semana seguinte, numa pequena celebração, com o resto da família.

No cartório, era o pai da moça quem estava claramente mais nervoso. Andava de um lado para outro, inquieto. “Não queria isso para minha filha, mas agora que engravidou tem que casar. Tem que assumir a responsabilidade pelo que fez”, afirmou.

Casos como o de Rafaela não são incomuns nos 13 cartórios de registro civil do Distrito Federal. Levantamento feito pelo **Campus** mostra que entre janeiro de 2016 e outubro deste ano houve no DF pelo menos 50 casamentos em que um ou ambos os parceiros eram menores de 18 anos. Quase sempre, o menor é a mulher.

Um dos motivos mais frequentes para essa união é a gravidez precoce. Lucélia Santos, escriturária do

Cartório do 3º ofício de Taguatinga, conta que já cuidou de vários processos de menores em que a menina estava grávida. “No início deste ano mesmo tive que casar uma menina de 15 anos que ia ter um filho. Nesse caso, um juiz teve que autorizar, mas eu acho que é muito nova. Esses meninos que se casam cedo não têm a menor condição de se sustentar, são todos estudantes ainda”, afirma.

Ela relata também que frequentemente casa uma pessoa na faixa de 28 a 32 anos que está no segundo casamento. “Quando a gente pega a ficha para olhar o histórico dela, a gente vê que casou na adolescência. Então, eu penso que esses são relacionamentos que não duram, justamente porque (os noivos) não têm maturidade para isso”, opina

Segundo Adnilson Barreto Rocha, titular do Cartório do 9º Ofício de Planaltina, as meninas são estimuladas pelos pais a realizarem a união. “Aqui em torno de 5% dos casamentos são de menores de idade, e na maioria das vezes ocorrem porque a menina está grávida. Aí a família tem aquela ideia retrógrada de que tem de casar, porque se não perde a honra, como se o casamento salvasse tudo. A gente até tenta conversar com os pais para ver se eles mudam de ideia, mas há uns que insistem, pois no pensamento deles casar é o certo a fazer”, conta.

Em 2015, 275 meninas menores de 15 anos se casaram no Brasil, segundo dados do IBGE. O número



5º Ofício de Registro Civil do Guará registrou 4 casar

Foto: UNFPA Brasil/Jorge Salhani



Ana Paula Tavares, do Banco Mundial: é preciso se informar sobre os riscos do casamento precoce.

crece exponencialmente entre mulheres de 15 e 19 anos, chegando a 117.676. Somente no Distrito Federal, foram contabilizadas 1.483 adolescentes que se casaram nessa faixa etária naquele ano.

A região Sudeste contabilizou 47.624. O estado de São Paulo registrou o maior número (24.525). Já o menor número de casamentos precoces foi na região Norte, com 10.081, seguido do Centro-oeste (11.351), Sul (16.191) e Nordeste (32.704).

Ainda de acordo com a estatística do IBGE, no Brasil, o número de meninas menores de 15 anos casadas é nove vezes maior do que o número de garotos. Quando se considera a faixa de 15 a 19 anos, o número é três vezes maior.

Segundo Ana Paula Antunes Martins, doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher, essa diferença ainda é difícil de ser explicada devido à falta de estudos específicos sobre o tema. Ela ressalta, no entanto, que é preciso entender qual é o papel dessas garotas nos núcleos familiares. “O que se pode dizer é que os estudos de relações sociais e das condições socioeconômicas dessas famílias podem explicar esses casamentos precoces à medida que a vulnerabili-



Foto: Isabella Veloso

casamentos de mulheres menores de 18 anos desde 2016.

dade e as dificuldades financeiras levem a acordos em que meninas saem da relação familiar e são trocadas para outra realidade.”

Riscos de violência doméstica

Ao se casarem, essas jovens ficam mais suscetíveis aos estupros maritais. É o que mostra o relatório Fechando a Brecha: Melhorando as Leis de Proteção à Mulher Contra a Violência, divulgado em março deste ano pelo Banco Mundial. Segundo o documento, meninas que se casam ainda menores de idade tem 22% mais chances de sofrerem algum tipo de violência sexual do seu parceiro íntimo.

Para Martins, os casamentos realizados antes dos 18 anos se dão em contexto em que a consensualidade é reduzida, principalmente a de relação sexual. “Essas meninas têm menos capacidade de intervir em situações em que não querem [relações sexuais] e por isso há um aumento de estupros”, avalia.

Ainda segundo o relatório do Banco Mundial, as meninas casadas também representam até 30% do abandono escolar

feminino na educação secundária e tendem a ter filhos mais cedo. De acordo com dados do Datasus, entre 2011 e 2016 foram contabilizados mais de 37.000 casos de gravidez de mães de 10 a 14 anos. Destas, 23,2% eram casadas.

Para mudar esse quadro, Martins defende um reforço da lei Maria da Penha. “A lei teve um importante e fundamental papel de visibilizar a violência como problema público, criando serviços especializados. Acontece que agora a lei entra na segunda década de existência e precisa inserir um olhar interseccional. Afinal, quem são essas mulheres que sofrem esses estupros? Será que são apenas as mulheres ou as meninas também? Portanto, têm que desenvolver políticas voltadas para essas garotas, políticas de enfrentamento das violências que elas sofrem. Porque, se você parar para pensar, o casamento precoce, de meninas de 10 a 14 anos, já é uma violência em si.”

Segundo Paula Tavares, especialista em desenvolvimento do Setor Privado do Banco Mundial e autora da pesquisa, é importante que as pessoas se informem

sobre os riscos que o casamento precoce pode trazer à vida das jovens. “É preciso que haja maior trabalho de conscientização a respeito do tema, além de iniciativas que ofereçam alternativas e maiores perspectivas para as meninas”.

Brechas na lei

A lei 10.406/2002, do Código Civil, permite o casamento entre 16 e 18 anos mediante autorização de ambos os pais ou responsáveis legais. Pessoas mais jovens podem se casar se a menina estiver grávida, desde que com a autorização de um juiz.

Para Paula Tavares, a legislação traz dúvidas em relação à pedofilia. “Ao mesmo tempo em que o Código Civil permite o casamento de menores de 18 anos e a qualquer idade no caso de gravidez, o artigo 217 do Código Penal estipula que qualquer relação com uma pessoa menor que 14 anos se configura como estupro de vulnerável”. Ela explica que, embora o Código Penal tenha eliminado essa previsão, em 2015, ela ainda persiste no Código Civil. “Assim, mesmo que haja em tese consentimento da criança, na prática essa relação é estupro. Os crimes previstos tanto no Código Penal como no Estatuto da Criança e do Adolescente buscam proteger a criança da atividade sexual precoce. No entanto, contradições jurídicas persistem”.

A pesquisadora ressalta, ainda, que o Brasil não cumpre alguns acordos internacionais, como a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, na sigla), de 1979, segundo o qual as mulheres devem possuir os mesmos direitos que os homens de escolher livremente o cônjuge e de contrair matrimônio somente com livre e pleno consentimento. Além disso, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) condena esses tipos de relações por serem uma violação dos direitos fundamentais dos indivíduos.

Um projeto de lei de autoria da deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ) está tramitando no Congresso Nacional e propõe uma revisão da lei, para que se proíba o casamento de menores de 16 anos. O PL foi aprovado na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher em agosto e, atualmente, aguarda o parecer do relator na Comissão de Seguridade Social e Família. Depois, o projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça antes de ficar pronto para ser votado no plenário da Casa.

*O nome foi alterado a pedido do pai da noiva.

Ativismo em crescimento

Militantes trans criam redes no DF para buscar apoio e exigir direitos

Por **Vivien Doherty Luduvic**

A estudante Melissa Massayury entrou na casa da Organização das Nações Unidas (ONU) com um alto e simpático “bom dia”, trajes formais, cabelos longos alinhados e ainda um pouco eufórica com a entrega das impressões do 1º Concurso de Arte de Cartões LGBTI. Melissa é mulher trans, cursa Direito na Unieuro e é estagiária da campanha Livres e Iguais da ONU. Sua trajetória não foi simples. Ela começou o processo de transição aos 15 anos e, como quase toda pessoa trans, sofreu. “Ainda no ensino médio eu andava de salto alto, me maquiava e já tinha começado a terapia hormonal. Por escolher ser aquilo que eu me identifico, vivi uma vida inteira de marginalização, na qual eu não era reconhecida como uma cidadã de direitos pela sociedade”.

Na busca por autonomia, Massayury saiu de casa cedo. Assim como 90% das pessoas trans no Brasil - segundo dados da Associação Nacional dos Travestis e Transexuais (Antra) -, teve que recorrer à prostituição para sobreviver. “Não tenho vergonha de ser garota de programa” é uma frase que diz constantemente, pois para ela esse é o único meio de cobrir suas despesas, como o aluguel e a faculdade. A estudante atribui a sua compreensão sobre a prostituição ao envolvimento com a militância, pois nela encontrou uma maneira de difundir a sua história e empoderar outras pessoas trans na luta pelos seus direitos. “O ativismo trans chegou a mim como um marco para converter a minha existência, antes marginalizada na sociedade, para a vida de alguém que acredita na cidadania e quer exercê-la.” Agora ela é a vice-presidente da União Libertária de Travestis e Transexuais no Distrito Federal (Ultra-DF) e concorre ao prêmio orgulho LGBT da Câmara Legislativa do Distrito Federal 2017.

Nos últimos anos, os direitos das pessoas transsexuais têm ganhado visibilidade no cenário nacional, e isso não ocorre por acaso. A organização do ativismo trans cresceu de maneira muito relevante no Brasil e no DF. Exemplo disso foi a participação dos movimentos sociais organizados na inauguração do ambulatório trans no Hospital Dia da 508 Sul em agosto. A demanda surgiu em 2010 pela população trans do DF com base na política de saúde à população LGBT da portaria GM/MS 2.803, ampliada em 2013. Ela garante tratamento especializado, acompanhamento clínico, hormonioterapia e a cirurgia de readequação de gênero.

A rede pública do DF não realiza cirurgias do processo transsexualizador. Os pedidos requeridos são enviados para uma lista de espera nos hospitais de Goiânia e Uberlândia. O tratamento hormonal gratuito ainda está em período de homologação pela Secretaria da Saúde. Hoje a pessoa trans precisa custear todo o tratamento. A assistente social Fabiana Borges, que faz parte da equipe de referência do ambulatório, comenta: “A maior demanda que recebemos até agora é orientação para retificação do nome, questões psicossociais e a terapia hormonal”. A equipe de referência recomendada pelo Ministério da Saúde é formada por um psiquiatra, um psicólogo, um assistente social, um endocrinologista e um enfermeiro.

Outro exemplo do crescimento das redes ativistas trans no DF é a Ultra, do qual Massayury é vice-presidente. Trata-se de um coletivo indepen-

dente composto por seis mulheres trans. “Diversas vezes acadêmicos, pessoas cisgêneros [indivíduo que se identifica com o gênero de nascença] até mesmo do movimento LGBT acabam ocupando nosso espaço de discussão”, diz Taya Carneiro, mestrande de Comunicação Social da UnB e presidente do grupo. Por isso, a Ultra possui o objetivo de dar visibilidade às pessoas trans e ajudá-las a ter protagonismo em suas lutas por meio de pesquisas e palestras, especialmente sobre a despatologização. A importância de abrir um espaço de fala para as pessoas marginalizadas é explicada pela professora do Departamento de Psicologia da UnB Tatiana Lionço: “As próprias pessoas trans são as mais legítimas para enunciar as condições de vida dessa população, além de sinalizar para a agenda de reivindicação de direitos e denúncia de violações às quais estão submetidas”.

O surgimento da Ultra foi fortemente influenciado pelo Transformação, projeto concluído em julho de 2017 dentro da campanha Livres e Iguais no Brasil, uma iniciativa mundial da ONU. Foram selecionadas 27 pessoas trans atuantes na militância do DF e Entorno para aperfeiçoarem suas capacidades e interesse pelo ativismo, igualdade de direitos e tratamento justo da população LGBT. A urgência veio da percepção de que era necessário fortalecer o movimento e formar militâncias políticas para lutar contra a realidade das pessoas trans no Brasil. “Percebemos que precisamos de pessoas bem formadas politicamente, para que elas sejam a voz ativa da luta dos seus direitos, pois ninguém representa melhor as pessoas que vivem essa realidade”, explica a coordenadora da campanha, Angela Pires.

Os integrantes selecionados para participar do Transformação já carregavam em sua trajetória um histórico em grupos - como a Corpolítica, a rede Anav Trans - ou atuando juntamente com o Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (Ibrat). Todos surgiram no DF nos últimos 10 anos e têm sido um refúgio para a mobilização trans regional. A Corpolítica nasceu em 2014 como um projeto de extensão da UnB e tem aproximadamente 30 alunos que atuam pela defesa dos direitos humanos e da cidadania LGBT. O grupo possui participantes trans que ajudam na promoção de eventos culturais e participação em seminários sobre a despatologização das pessoas trans.

O Ibrat é um grupo nacional que, desde 2013, é um canal de promoção da visibilidade, saúde e cidadania para homens trans em Brasília. O instituto atua na formação política e no incentivo à militância, no monitoramento de pesquisas e em discussões acadêmicas sobre transmasculinidades. “O Ibrat é um espaço de partilha de informações, um lugar para fazer amizades e de luta pelos direitos. Estamos engajados em ajudar essas pessoas para que tenham cada dia mais qualidade de vida”, diz Gabriel Coelho, coordenador do grupo no DF.

O mais antigo desses grupos é a Anav Trans, criada em 2009, que foi a primeira rede de ativistas travestis e transexuais de Brasília. Essa rede presta serviços, como auxílio, esclarecimentos e orientação quanto a questões jurídicas, de saúde e políticas públicas. A ONG é coordenada por Ludymilla Santiago, mulher trans atuante em discussões de políticas públicas há mais de 10 anos.

Foto: Vivien Doherty Luduvic



Gabriel Coelho, coordenador do Ibrat

Os avanços são muitos, mas esses grupos seguem enfrentando restrições. Eles atualmente não têm uma renda ou investimento fixo para desenvolvimento de projetos, além de não possuírem espaço físico próprio para realizar o atendimento e serviços que indicam. As organizações dependem muito das redes sociais e da organização de eventos, palestras e reuniões pontuais para se promover e alcançar o governo e a sociedade civil. “O ativismo é ambíguo, tem muitas dores, cansaços, brigas e tristezas, mas há também um fortalecimento pessoal e uma satisfação muito grande quando conquistamos algo. Eu mesma não consigo mais ficar parada frente a tantas violações, destruições e encontro nas minhas amigas ativistas força para continuar. A gana de uma faz florescer a minha também”, diz a coordenadora cultural da Corpolítica, Maria Leo Araruna.

A conscientização quanto à despatologização da pessoa trans tem sido o assunto mais comum nas rodas de conversa e debates promovidos pelos grupos atualmente. Até hoje, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a identidade trans segue sendo vista como um transtorno mental. Em 2018, irá acontecer uma reunião mundial para repensar a Classificação Internacional de Doenças (CID), e nisso se inclui repensar algumas categorias de patologização, incluindo a transsexualidade.

Segundo Lionço, a despatologização da pessoa trans reforça a diversidade de corpos e gêneros e assegura a essas pessoas melhorias nas relações sociais nos mais variados contextos. A transsexualidade quando considerada como doença implica a necessidade de laudos médicos para que pessoas trans realizem certos procedimentos de modificação em seus próprios corpos e para retificação de nome e sexo no registro civil. Araruna completa: “Despatologizar é descolonizar. É permitir que nós falemos por nós mesmas, sem a presença de um laudo que comprove a nossa existência.”

Votos sem retorno

Distritais investem menos de um terço das emendas nas cidades que os elegeram

Por **Kauê Scarim**

O deputado distrital Wellington Luiz (PMDB) teve, em 2014, quase um terço de seus 10.330 votos concentrados no Guará, Recanto das Emas e em Águas Claras. Porém, ao se analisar suas emendas parlamentares, há uma aparente contradição. Em 2016, nenhuma delas foi destinada diretamente a alguma dessas cidades-satélites. Todas as proposições do deputado ao orçamento foram para projetos gerais, como capacitação de servidores do Detran e obras de infraestrutura. Luiz argumenta que sua atuação não é definida por base geográfica, e sim “por demanda popular”. Segundo o deputado, suas emendas são reflexo de sua preocupação com a população “como um todo”, ou seja, de forma não regionalizada.

O caso do deputado peemedebista segue um padrão na Câmara Legislativa (CLDF). Levantamento feito pelo **Campus** com os dados de 2016 mostra que apenas 31,3% dos recursos das emendas foram diretamente direcionados pelos deputados para as principais cidades que os elegeram. 13 dos 24 distritais (mais de 54%) não chegaram a investir 30% de suas emendas nas três regiões administrativas que mais contribuíram em número de votos para a sua eleição em 2014.

Em contrapartida, quase metade do valor das emendas individuais de 2016 foram destinadas a apoiar projetos gerais, com pouca especificação na Lei Orçamentária Anual (LOA), ou a realização de obras em diversos pontos do Distrito Federal. A tendência, neste caso, é que os recursos se diluam entre vários locais e iniciativas. Os destinos desse tipo de emenda são, por exemplo, o apoio a projetos sociais, aquisição de medicamentos para alguma doença específica ou mesmo a “realização de eventos culturais e educacionais” no Distrito Federal.

Foram, no total, R\$ 431 milhões adicionados pelos parlamentares à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016 - e não necessariamente executados pelo governo -, em um montante de até R\$ 18 milhões de cada um dos distritais. Em tempos de crise, poderia se imaginar que o volume servisse para amenizar os efeitos da grave recessão que o país atravessa, especialmente nas cidades com piores condições de vida.

Os dados foram colhidos pelo **Campus** diretamente da LOA 2016, com auxílio da assessoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) da Câmara Legislativa, e cruzados com os números de votação por Zona Eleitoral de cada um dos deputados com mandato em vigor no quadriênio 2015-2019.

As emendas são um instrumento para que parlamentares de todas as esferas façam propostas, anualmente, durante a tramitação da lei orçamentária, que direcionem recursos para áreas mais diretamente ligadas às suas atuações. Elas devem ser aprovadas pela Casa legislativa e, posteriormente, executadas pelo governo - o que nem sempre acontece, devido a contingenciamentos e cortes, especialmente em situações de crise.

O dispositivo gera polêmica, já que muitas vezes vira uma forma de o governo barganhar apoio político dos parlamentares em troca da aplicação dos recursos, mas é preciso olhar também o lado dos eleitores. Especialmente em locais com piores condições de vida, faz sentido se buscar a eleição de parlamentares diretamente ligados às suas necessidades, tanto para se ter as emendas quanto para conseguir pressioná-los em busca de recursos governamentais ou projetos de lei que favoreçam a cidade.

Em momentos como o atual, em que boa parte do orçamento é contingenciado para que o governo consiga economizar recursos, muitas vezes o que sobra de investimento real para as cidades é distribuído exatamente via emendas parlamentares.

Quem são os parlamentares

Entre os deputados que destinaram menos de um terço de suas emendas às cidades que os elegeram, há diferentes tipos de situação. Além do já citado Wellington Luiz (PMDB), Julio Cesar (PRB), Professor Israel (PV) e Celina Leão (PPS) foram os demais que não enviaram qualquer recurso diretamente às Regiões Administrativas (RAs) que mais depositaram votos em suas candidaturas. Os dois primeiros, segundo a Lei Orçamentária, usaram todo o dinheiro para projetos gerais. Leão, por sua vez, destinou recursos para algumas cidades, porém nada foi diretamente para suas principais bases eleitorais - Guará, Águas Claras e Santa Maria. Procurados, nenhum dos três respondeu às questões levantadas pelo Campus até o fechamento desta edição.

Do outro lado, há os que usam força total para manter a presença nas cidades em que são mais fortes eleitoralmente. Neste quesito, o deputado Juarezão (PSB) é líder do ranking: 100% das emendas foram destinadas a Brazlândia, cidade que lhe deu quase 14 mil de seus 15.923 votos em 2014. Luzia de Paula, do mesmo partido, não fica muito atrás: 96,7% dos recursos sob sua responsabilidade foram parar em Ceilândia, Brazlândia e Samambaia, RAs que juntas somaram mais de 62% dos votos que a elegeram.

Juarezão argumenta que Brazlândia teria ficado abandonada durante anos, enquanto não tinha nenhum representante na Câmara Legislativa. “Havia uma enorme carência de serviços e infraestrutura básica. Nesse sentido, ter um representante atuante faz a diferença. A situação atual da cidade é outra”, afirma. Já Luzia de Paula afirma que as cidades às quais foram destinados seus recursos têm grande necessidade. Para ela, mesmo que destinasse 100% de suas emendas, não seria possível resolver nem 2% dos problemas de Ceilândia, por exemplo.

Ao se analisar a situação social e demográfica das cidades - com base na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (Pdad) de 2015, feita pela Companhia de Planejamento do DF -, os números se mostram contraditórios. Enquanto a maior cidade, Ceilândia, cujos 480 mil moradores correspondem a cerca de 16% dos moradores do DF, foi alvo em 2016 de mais de 20% das emendas parlamentares, Samambaia e Recanto das Emas, por exemplo, obtiveram proporcionalmente menos recursos do que representam em termos de população. O caso mais crítico é o da primeira: Samambaia é a segunda maior RA, com mais de 250 mil moradores - ou 8,8% do Distrito Federal -, mas recebeu apenas 4,4% dos recursos de emendas parlamentares.

Ambas figuram na lista dos piores índices de desigualdade social: têm renda mensal per capita pouco maior do que um salário mínimo, segundo a Codeplan. A melhor região do Distrito Federal neste quesito é o Lago Sul, com mais de 10 salários na mesma média.

Veja a tabela com os dados completos:

DEPUTADO	AGACIEL MAIA (PR)	BISPO RENATO ANDRADE (PR)	CELINA LEÃO (PPS)	CHICO LEITE (REDE)	CHICO VIGILANTE (PT)	CLAUDIO ABRANTES (S/ PARTIDO)	CRISTIANO ARAUJO (PSD)	JOE VALLE (PDT)	JUAREZÃO (PSB)	JULIO CESAR (PRB)	LILIANE RORIZ (PTB)	LIRA (PHS)
CIDADES COM MAIOR VOTAÇÃO	Lago Sul / São Sebastião, Planaltina e Paranoá	Ceilândia Samambaia e Brazlândia	Águas Claras, Santa Maria e Guará	Plano Piloto, Águas Claras e Cruzeiro/Sudoeste	Ceilândia, Brazlândia e Santa Maria	Planaltina, Sobradinho e Plano Piloto	Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas e Santa Maria	Plano Piloto, Lago Sul/São Sebastião e Paranoá	Brazlândia, Taguatinga e Ceilândia	Santa Maria, Paranoá e Samambaia	Recanto das Emas, Santa Maria e Samambaia	Lago Sul/São Sebastião, Paranoá e Sobradinho
% DAS EMENDAS	43,33	16,39	0	5,56	47,22	38,33	2,5	5,83	100	0	44,33	71,11
DEPUTADO	LUZIA DE PAULA (PSB)	PROF ISRAEL (PV)	PROF REGINALDO VERAS (PDT)	RAFAEL PRUDENTE (PMDB)	RAIMUNDO RIBEIRO (PPS)	RICARDO VALE (PT)	ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB)	RODRIGO DELMASSO (PODEMOS)	SANDRA FARA J (SD)	TELMA RUFINO (PROS)	WASNY DE ROURE (PT)	WELLINGTON LUIZ (PMDB)
CIDADES COM MAIOR VOTAÇÃO	Ceilândia, Brazlândia e Taguatinga	Guará, Águas Claras e Plano Piloto	Águas Claras, Ceilândia e Brazlândia	Planaltina, Sobradinho e Paranoá	Sobradinho, Plano Piloto e Guará	Sobradinho, Núcleo Bandeirante e Planaltina	Planaltina, Santa Maria e Paranoá	Guará, Sobradinho e Núcleo Bandeirante	Taguatinga, Águas Claras e Samambaia	Águas Claras, Núcleo Bandeirante e Ceilândia	Águas Claras, Núcleo Bandeirante e Santa Maria	Guará, Recanto das Emas e Águas Claras
% DAS EMENDAS	96,78	0	53,33	4,47	69,5	27,44	23,89	33,45	55,56	3,61	9,44	0

De onde veio?

Designers brasileiros contestam indústria da moda através da slow fashion

Por **Danielle Assis**

Todos os dias Marcela entra em um pequeno ateliê no fundo do quintal de sua casa e se acomoda em frente ao computador, pronta para pensar os próximos passos de sua marca de roupas com Bruno, seu sócio. Enquanto isso, detrás do cobogó amarelo da mesma salinha, usando algodão reciclado de garrafa PET, botões de fibra de cânhamo, papel reciclado e borra de café, Valdirene Martins habilmente manuseia as máquinas de costura que transformam as ideias da dupla em realidade. Juntos, os três compõem a pequena equipe da marca Bruma.

“A gente faz tudo aqui dentro, todo o processo. Enfesta o tecido, corta o tecido, costura o tecido, silca o tecido. Tudo 100% autoral e utilizando materiais ecológicos”, afirma a designer de moda Marcela Torres, que há cerca de um ano trabalha o conceito da marca com Bruno Pinheiro. “Uma coisa que não abrimos mão é a sustentabilidade. É a essência da marca”.

A Bruma é apenas uma dentre várias alternativas do mundo da moda que levam a sustentabilidade como ponto central de sua produção. Como uma resistência ao arranjo mercadológico do chamado fast fashion, que fabrica em larga escala e prevê um consumo frenético, gerando graves problemas socioambientais, muitos designers têm aderido ao movimento contrário do estabelecido pela demanda capitalista: a slow fashion.

Segundo Breno Abreu, professor de Design de Moda do Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb), as pessoas se questionam há um tempo sobre os padrões comportamentais da sociedade de consumo e os impactos disso no meio ambiente e na manutenção de desigualdades. “Nesse aspecto, a indústria da moda é uma das mais cruéis, porém ainda pouco lembrada”, afirma, destacando a nocividade da cadeia produtiva, que utiliza grande quantidade de pesticidas, emite gases poluentes e utiliza trabalho escravo na mão de obra das peças. Os dados são do documentário americano “The true cost” (“o verdadeiro preço”, em tradução livre), recomendado pelo professor.

Engajada em acompanhar todo o processo produtivo, desde o tipo de algodão usado até

o momento de descarte da roupa, a slow fashion procura também valorizar a economia local e o trabalho dos profissionais envolvidos. Além disso, como há menos coleções e menor quantidade de peças, o produto final se dedica à qualidade e à durabilidade, com um design mais customizado, que pretende expressar a identidade do consumidor.

Em Brasília, profissionais independentes têm se atentado para essa indústria e esse mercado, principalmente através das redes sociais. Sávio Drew, designer de moda e dono da marca Drew, trabalha com tecidos ‘descartados’ pela indústria têxtil, ou seja, que iriam para o lixo, por estarem manchados. Para ele, a slow fashion tem crescido na capital, mas ainda não se firmou. “É difícil competir com as grandes marcas, que muitas vezes constituem o conceito de sustentabilidade na tentativa de lucrar com o discurso”, lamenta. “Mas acredito que para trás não podemos mais andar.”

Para seguir no Instagram:

@vistabruma

@usedrw

@brenndaaraujo

@mattricaria

Brennda Araújo, também designer de moda e estu-
diosa do ramo, acredita que as mudanças são “recentes e lentas”, mas “muito significativas”. Ela trabalha com tecidos de fibras naturais e pigmentos orgânicos, a fim de evitar danos à natureza, e afirma ter uma preocupação com direitos trabalhistas, igualdade de gênero e prevenção de trabalho infantil durante o processo produtivo. “Nosso trabalho vai muito além de fazer roupa ou lançar tendências”, afirma Araújo, criticando a falta de um debate mais amplo sobre isso entre os profissionais do ramo. “A moda fala muito sobre comportamento, sobre questões sociais. Olhar a cadeia produtiva criticamente é muito mais do que uma militância, é uma necessidade.”

Oferecendo produtos e serviços - desde roupas e corantes a oficinas -, Maibe Marocollo, designer da

marca Mattricaria, acredita que a slow fashion é um momento de “repensar, ressignificar e humanizar o processo”. Sua marca trabalha com peças produzidas manualmente com algodão orgânico e pigmentos naturais, e toda a matéria-prima é extraída do Cerrado brasileiro, numa tentativa de valorizar o aspecto local - bandeira também reivindicada pelo movimento.

Para a idealizadora da Mattricaria, a moda deve ser transparente e ter um impacto positivo. “Não dá mais pra ficarmos nessa coisa superficial de apenas ‘minimizar danos’. Sustentabilidade é mão na massa, o discurso só não se sustenta”, afirma, pensando no potencial revolucionário da humanização dos processos e da ressignificação de padrões de consumo. “Precisamos mudar padrões, a maneira que se produz e que se consome. Aí sim teremos mudanças reais.”

O perfil do consumidor, nesse contexto de repensar comportamentos, também tem mudado desde que o debate sobre moda consciente tenta se estabelecer em Brasília. Guilherme de Castro, estudante de Arquitetura e Urbanismo, mostra preocupação com o consumo excessivo e afirma que procura mudar seus hábitos e boicotar empresas que não respeitam direitos trabalhistas e o meio ambiente. “A gente consome muito descartável no dia-a-dia, o tempo inteiro a gente desperdiça roupa”, critica. “Na slow fashion, a gente consegue mudar um pouco, porque compra peças com durabilidade maior, que não vão ser usadas por um período curto e ir pro lixo depois. A gente quer ficar com elas por mais tempo”.

Naiara Calvacanti, outra adepta à slow fashion, começou a estudar Moda no Iesb, mas não concluiu a graduação. Ela conta que sempre teve um engajamento com questões ambientais por conta de sua formação em casa, mas demorou a perceber que um dos maiores problemas estava exatamente na moda, ramo do qual ela sempre foi afim. “Percebi que tinha que pesquisar mais, sair da caixinha. Criei uma ideia de consumo diferente, de não ver mais as roupas como necessidade”, conta. “Parei de comprar tanta roupa e de consumir produtos da indústria de massa. Comecei a fuçar meu armário, organizar minhas peças, ver o que eu poderia rearranjar. Hoje, quando compro, prefiro ir a brechós.”

Foto: Bruno Pinheiro



Valdirene Martins, costureira da marca Bruma